

Política de informação e pós-verdade: uma leitura em cenário pandêmico

Information policy and post-truth: a reading in a pandemic

Marco Antônio Almeida Llarena   
Rosilene Agapito da Silva Llarena   
Danielle Harlene da Silva Moreno   
Maria Meriane Vieira da Rocha   

Resumo

Aborda sobre a política de informação e pós-verdade por meio de uma leitura do cenário pandêmico. Apresenta a informação como protagonista na efetivação da construção de uma narrativa verdadeira que possa contribuir, efetivamente, para combater os efeitos da pandemia, com o intuito de entendê-la e de disponibilizar informação confiável. A parte metodológica apresenta-se com as seguintes características: quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa, e bibliográfica, quanto ao ponto de vista da abordagem do problema, usando informações em suportes variados, que serviram de alicerce para a fundamentação teórica, além de fontes informacionais extraídas da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação; quanto aos objetivos, é descritiva, por pautar os autores, as referências, os títulos e suas abordagens, no que versa aos temas relacionados à 'política de informação', 'pós-verdade' e 'pandemia'. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se por análise de conteúdo, pois analisa a essência dos artigos minerados, numa perspectiva relacional, considerando o cenário pandêmico, o contexto da pós-verdade e a necessidade e a relevância das políticas de informação. De acordo com os resultados, constatou-se a relação entre a desinformação, a pandemia e a urgência de políticas de informação que levem a novas formas de agir e de lutar para combater a desinformação. Poucos trabalhos foram publicados e indexados na BRAPIC e não foram encontrados artigos que discutem sobre os regimes de informação relacionados às políticas de informação e à pandemia de maneira direta.

Palavras-chave: Políticas de informação; Pós-verdade; Pandemia do novo coronavírus.

Abstract

It addresses information policy and post-truth by reading the pandemic scenario. It presents information as a protagonist in effectively building a true narrative that can effectively contribute to combating the effects of Pandemic, in order to understand and provide reliable information. The methodological part has the following characteristics: as to its nature, it can be characterized by qualitative; it is a bibliographic research, regarding the point of view of approaching the problem using information, in varied supports, which served as a foundation for



folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 7, n. 2. p. 79-97, maio/ago. 2021. ISSN 2447-0120. DOI 10.46902/2021n2p79-97.

the theoretical foundation, including using information sources in the Reference Database of Articles in Journals in Information Science ; it is descriptive in terms of its objectives, as it guides the authors, references, titles and their approaches, with regard to themes related to 'information policy', 'post-truth' and 'pandemic'. As for technical procedures, the research is characterized by content analysis, as it analyzes the essence of the mined articles, in a relational perspective considering: the pandemic scenario, the post-truth context and the need and relevance of information policies. The results show the relationship between disinformation, the pandemic and the urgency of information policies that lead to new forms of action and struggles to combat disinformation. It is evident that few papers were published and indexed in BRAPIC and that articles that discuss information regimes related to information policies and the pandemic, in a direct way, were not found. the urgency of information policies that lead to new forms of action and struggles to combat disinformation.

Keywords: Information Policies; Post-truth; Pandemic of the new coronavirus.

1 Introdução

Desde o final de 2019, a humanidade vem enfrentando um dos seus maiores desafios, pois se encontra ameaçada por um inimigo invisível e letal: o novo coronavírus (o *Severe Acute Respiratory Syndrome - Related Coronavirus 2* [SARS-CoV-2]) e sua doença consequente, a covid-19. Nesse cenário pandêmico, de comprometimento da saúde física e mental e consequentes sofrimentos e perdas exponenciais, a sociedade da informação convive com uma avalanche de (des)informações inquietantes em plena crise sanitária.

Nesse panorama desafiador, todas as atividades estão sofrendo modificações para atender às demandas causadas pela excepcionalidade do momento, especialmente a partir da admissão oficial de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), nos idos de março de 2020. Por conseguinte, medidas sugeridas e/ou determinadas pelas autoridades alteraram o quadro normal das ações, sobretudo de mobilidade e proteção individual: quarentena, isolamento domiciliar, isolamento físico, *lockdown*, distanciamento social, medidas de higiene além do uso obrigatório de máscaras em ambientes públicos.

Em plena sociedade da informação, o cenário emergente de incertezas e de insegurança, potencializado por picos de desinformação – enquanto os agentes públicos, por meio das pesquisas científicas, políticas de saúde pública e ações de profissionais da saúde, definem comportamentos preventivos, medicação/tratamento eficaz para combater a covid-19 e/ou vacina para a maioria de sua população – coloca a informação como protagonista. Por essa razão, é necessário criar políticas que efetivem narrativas verdadeiras, a fim de contribuir, concretamente, para combater os efeitos da pandemia e outros aspectos sociais (econômicos, políticos, educacionais etc.) que também se encontram afetados por ela e outros motivos, como, por exemplo, o usufruto equivocado dos meios de comunicação, sobretudo o mau uso da Internet por meio de notícias falsas (*fake news*) em escala global.

Assim, entende-se que é importante abordar esse cenário sob o prisma da Ciência da Informação (CI), que, segundo Saracevic (1999), tem uma forte dimensão social e humana sobre a informação, acima e para além da tecnologia. Também é importante destacar uma das subáreas da CI classificadas por Araújo (2009) - a economia política da informação – uma arena onde se discute sobre política de informação e seus desdobramentos nos diferentes contextos e sociedades.

Considerando as reflexões de Araújo (2009) sobre os aspectos da área da economia da informação, entende-se que é fundamental implantar políticas de informação claras e acessíveis à sociedade para combater, simultaneamente, dois vírus: o causador da doença (covid-19) e o propagador de desinformação (*fake news*) – inclusive com narrativas negacionistas do quadro pandêmico. Ademais, no contexto de implantação dessas políticas, os profissionais da informação não devem somente mediar essas informações, mas também criar políticas de informação que visem despertar o senso crítico e edificar os cidadãos nesse momento de muitas crises simultâneas à sanitária. Isso deve ser feito utilizando as informações adequadamente e motivando a construção de cidadãos evolutivos, que compartilhem coletivamente o conhecimento para enfrentar os momentos de crise e encontrar formas de solucioná-la.

Levando em consideração todos esses aspectos, esta investigação teve como pressuposto o fato de que, se existe uma crise informacional em um cenário pandêmico, a CI – que tem como objeto de estudo a informação e bases teórico-metodológicas para refletir e discutir sobre essa crise – deve ser a responsável por sugerir políticas de informação que minimizem as crises informacionais nos diferentes âmbitos sociais. Nesse sentido, esta investigação buscou entender, por meio de levantamento de artigos científicos em Base de Dados de periódicos brasileiros da CI, como as questões de desinformação e pós-verdade, relacionadas à pandemia do novo coronavírus, foram refletidas no ano de 2020, quando a pandemia eclodiu em todo o mundo. Buscou, também, refletir sobre a produção dos cientistas da informação, no momento de crise, no que diz respeito às políticas de informação e à pós-verdade.

A investigação foi norteadas pelas seguintes questões: O que tem sido refletido sobre a pós-verdade em tempos de crise informacional que envolve os processos pandêmicos no Brasil? Os pesquisadores têm discutido sobre a relação entre pandemia e pós-verdade em plena crise sanitária mundial? Que aspectos são abordados nas produções científicas que refletem, no auge da pandemia, preocupações com a desinformação e a pós-verdade? O que tem sido discutido

sobre a necessidade de criar políticas de informação voltadas para combater a desinformação?

Essas questões justificadas pelo aumento de desinformações sobre a pandemia trouxeram o pressuposto de que as consequências disso pioraram a crise sanitária e prejudicaram consciências e vidas. Elas foram consideradas relevantes para a investigação, porque a CI é uma área social aplicada, portanto, uma ciência responsável por discutir e buscar entender os aspectos socioeconômicos e tecnológicos da informação relacionados à pandemia.

Dito isso, a investigação objetivou analisar as produções científicas no espaço da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), a fim de compreender o que tem sido publicado sobre a possível relação entre a pandemia e a pós-verdade no ano de 2020.

No que diz respeito à estrutura, este artigo, além desta introdução, está composto de quatro seções: as considerações teóricas, em que se enfocam a realidade e as perspectivas das políticas de informação e pós-verdade em cenário pandêmico; a trilha metodológica; os resultados e a análise dos dados e as considerações finais.

2 Políticas de Informação e Pós-Verdade: Realidade e Perspectivas

Prospectar a possível realidade e as perspectivas das políticas de informação em um contexto de pós-verdade, em cenário pandêmico, é o foco desta seção. Nesse ínterim, é necessário fazer uma revisão de literatura sobre o conceito e os contextos das “políticas de informação”, considerando as macro e micropolíticas em diferentes escalas espaciais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002) e sobre a pós-verdade na sociedade da informação com foco na disseminação de *fake news* em ambiente on-line (BEZERRA; CAPURRO; SCHNEIDER, 2017). Tal procedimento foi importante para entender o contexto atual e sinalizar a relevância de estudos e discussões que reflitam sobre a necessidade de políticas de informação voltadas para todas as áreas sociais, essencialmente a da saúde.

Esforços nesse sentido levaram esta investigação a refletir sobre os desdobramentos decorrentes da possibilidade de se compartilharem informações de maneira confiável, por meio de políticas de informação voltadas para o contexto de soluções de problemas informacionais em âmbitos sociais, sobretudo, neste cenário delineado pelo SARS-CoV-2.

2.1 Políticas de Informação: Conceito e Contexto

Ao serem implantadas, as políticas de informação visam satisfazer ao seu usuário de forma real, utilizando recursos como as competências em tecnologia de informação e comunicação e observando sua integração com a sociedade, com condições que registrem a organização da informação e a produção do conhecimento.

O objetivo das políticas de informação é de colocar à disposição dos cidadãos um número maior de informações, sejam elas culturais, econômicas ou governamentais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999). Nesse sentido, busca resgatar a amplitude e a complexidade de seu campo de ação “[...] permitindo a consideração das macro e micropolíticas, bem como das políticas locais, regionais, nacionais e globais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 67).

A partir das discussões realizadas por González de Gómez, em seus estudos e pesquisas, e das realizadas por outros autores que localizam a informação nos contextos socioeconômicos, políticos e tecnológicos, Araújo (2009) apresentou a economia política da informação como uma subárea da CI e uma das seis correntes teóricas que refletem os conceitos de seu objeto (a informação). Essa subárea apresenta percalços de estudos que refletem o “[...] conceito de regime de informação [como aquele] que busca integrar as dimensões regulatórias, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais ao entendimento dos fenômenos informacionais” (ARAÚJO, 2014, p. 65), voltados para as políticas de informação. Segundo Frohmann (1995, p. 5), “[...] um objetivo legítimo e premente da pesquisa em políticas de informação é a perspicácia de representar regimes de informação”, ou seja, de entender como ocorrem esses regimes, suas origens, estabilizações, relações sociais e de poder e suas formas específicas dentro e através deles.

Sob esse prisma, convém ressaltar a noção de informação trabalhada por Brookes (1980), quando afirma que ela pode transformar as “estruturas” individuais e/ou coletivas – portanto políticas – e promover mudanças radicais no processo de aprendizagem e de geração de conhecimento pelas pessoas. Nesse ínterim, os conceitos de informação e de política interferem na realidade dos sujeitos, nas coletividades, nas estruturas sociais, nas individualidades, nas subjetividades e nas singularidades, regulando comportamentos e normatizando e padronizando acontecimentos, situações e modos de ações de informação. Sobre isso, Freire (2010, p. 166) afirma que tanto “[...] o conceito de informação quanto o de política possuem o mesmo sentido de ordem e regulação que,

reunidos, formam o conceito de políticas de informação”. A autora apresenta a política de informação como um “[...] conjunto de leis, regulamentos e políticas que estimulam ou regulam a geração, o uso, o armazenamento e a comunicação de informação”.

Munguambe e Freire (2016) asseveram que, para alcançar um propósito, uma política de informação deve ser coerente e objetiva e orientada para as ações de informação. Portanto, no âmbito de uma sociedade, podem ser consideradas um conjunto de atuações e decisões orientadas para conservar, reproduzir ou modificar e substituir um regime de informação que pode ser composto tanto de políticas tácitas ou explícitas, quanto micro ou macro políticas.

Desse modo, as políticas de informação, configuradas em regimes de informação, envolvem as tomadas de decisão e as práticas que se adaptam às condições em que podemos aprender sobre os fatores informacionais de interesse público do mundo em que vivemos, envolvendo, também, os atores políticos e sociais, as instituições e seus processos informacionais (GÓNZALEZ DE GÓMEZ, 2002).

Tendo em vista essa dimensão apresentada por González de Gómez (2002, p. 34), as políticas de informação podem estar conformadas sob um regime de informação

[...] configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais e diversas: intermediáticas (TV, jornais, conversas informais, Internet etc.); interorganizacionais (empresa, universidade, domicílios, associações etc.) e intersociais (atores comunitários, coletivos profissionais, agências governamentais, entre outros).

Assim, com base nas reflexões das autoras, pressupõe-se que, por meio de um regime de informação que orienta os cotidianos, as políticas de informação devem estar incluídas nas agendas governamentais para que sejam utilizadas nas tomadas de decisão em âmbitos públicos e privados, essencialmente nos públicos. No que se refere ao âmbito de saúde pública no contexto pandêmico atual, quando as questões de desinformação afetam diretamente identidades, comportamentos e vidas, as políticas de informação devem contribuir positivamente para o regime de informação vigente nas sociedades. Nesse caso, deve pautar-se nas relações sociais intermediáticas, interorganizacionais e intersociais por meio das agendas governamentais.

O cenário pandêmico atual e o estabelecimento de políticas de informação pautados nas relações citadas acima criaram uma perspectiva de poder compartilhar conhecimentos visando combater a estrutura de desinformação em tempos de pós-verdade, que, quando veiculada, sobretudo, via Internet, pode comprometer a eficácia de políticas públicas de informação que buscam entender, comunicar, prevenir e/ou tratar as causas e os efeitos da pandemia em cena incômoda da/na sociedade da informação.

2.2 A Pós-Verdade na Sociedade da Informação

Sobre a conjunção da pós-verdade na sociedade da informação, o Oxford Dictionaries (2017) esclarece que o contexto atual em que a informação e seu fluxo se caracterizam no espaço da *web*, pela quantidade e a versatilidade, concretiza-se uma linha que separa uma pessoa bem informada de uma desinformada (ou mal informada) que se torna cada vez mais tênue. Esse contexto contribui para fortalecer um fenômeno que parece ter renascido com força nesse ambiente: a era da pós-verdade, na qual o compartilhamento ininterrupto e indiscriminado de informações pode transformar a Internet em um ambiente onde ‘inverdades’ se espalham com muita frequência e mais rapidamente do que os fatos reais.

De acordo com Werthein (2000, p. 71), a expressão ‘sociedade da informação’ “[...] passou a ser utilizada, nos últimos anos deste século, como substituto para o conceito complexo de ‘sociedade pós-industrial’ e como forma de transmitir o conteúdo específico do ‘novo paradigma técnico-econômico’”. Trata-se da sociedade em que a informação se tornou ferramenta ou matéria-prima de desenvolvimento, em que a criação, o tratamento, a utilização, o compartilhamento e a integração da informação se tornaram atividades significativas pautadas nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), influenciando e modificando as estruturas sociais, econômicas, educacionais, políticas etc.

Na chamada ‘sociedade da informação’ atual, verifica-se em operação um regime de informação que pressupõe um movimento midiático consciente de desinformação que, somado com a prática da pós-verdade, transforma o mundo da informação em uma perigosa armadilha da qual poucos sabem escapar (CORRÊA; CUSTÓDIO, 2018).

Corrêa e Custódio (2018) alertam que o contexto atual é marcado pelo intenso fluxo de (des)informações, sobretudo o que circula pela Internet, apresentando

riscos e prováveis prejuízos à sociedade. Para eles, há um entendimento de que a concepção sobre a informação enfurecida é atual em tempos de comunicação digital, quando os fatos assumem um lugar secundário na opinião e no comportamento públicos. Nesse cenário, a missão dos profissionais da informação é vital (ORTEGA Y GASSET, 2006), essencialmente neste momento de pós-verdade e de luta pela construção e pela efetividade de políticas de informação que combatam a desinformação e contribuam para que tenhamos uma sociedade crítica e evolutiva.

Essas ‘inverdades’ vêm ganhando espaço cada vez maior, no ambiente virtual, por meio da veiculação de *fake news* e das chamadas ‘pós-verdades’ (*post-truth*), nas circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou crenças pessoais (OXFORD DICTIONARIES, 2017). Bezerra, Capurro e Schneider (2017) sinalizam que a atual disseminação de *fake News* no ambiente on-line, em grande parte, levada a cabo por robôs digitais (*bots*), em um volume incomensurável de desinformação, tornou-se um grande problema para as principais plataformas da Internet. Por conseguinte, os agentes da *web* têm investido em mecanismos para detectar e bloquear a visualização de páginas e perfis (de mídias sociais como *Twitter* e *Facebook*, por exemplo) dedicados à viralização dessas notícias.

No ensaio ‘Subjetividade em Tempos de Pós-verdade’, que abre o livro intitulado ‘Ética e pós-verdade’, Christian Dunker (2017) aborda o tema na perspectiva da Psicanálise, sem deixar de lado o olhar histórico-cultural. O autor passa a explicar as origens do conceito de verdade na antiguidade e a descrever como se deu a evolução da pós-verdade durante a pós-modernidade. Sendo assim, sinaliza que não deveríamos nos assustar quando o dicionário Oxford avulta o termo “pós-verdade”, pois “[...] a verdade é apenas mais uma participante do jogo sem privilégios ou prerrogativas” (DUNKER, 2017, p.11).

Nessa perspectiva, Dunker (2017) indaga: o que entender por ‘pós-verdade’, um termo formado pelo prefixo ‘pós’ seguindo de um substantivo abstrato (verdade), em cujo sentido subliminar o prefixo aposenta o substantivo? Há, nesta sociedade, uma verdade ou verdades? E o que significa algo que se refere ao que vem depois da verdade?

O autor sinaliza que essas perguntas parecem ser uma reedição da controvérsia dos anos 1990 em relação à natureza do pós-modernismo, quando se procurava entender, principalmente, um fenômeno estético, proveniente da Arquitetura. Todavia, defende a ideia de que “[...] a pós-verdade, longe de ser um

aprofundamento do programa cultural e político do pós-modernismo, é uma espécie de reação negativa à verdade, sendo, assim, o falso contrário necessário do pós-modernismo” (DUNKER, 2017, p.24). A pós-verdade seria, então, uma espécie de segunda onda do pós-modernismo, em que a informação assume a função de controle, de poder e de condicionamento por meio do caos informacional que produz a desinformação.

O autor acredita que, assim como a pós-modernidade trouxe o debate sobre como deveríamos entender a modernidade e, principalmente, o sujeito moderno, a pós-verdade inaugura uma reflexão prática e política sobre o que devemos entender por verdade e sobre a autoridade que lhe é suposta. Nesse sentido, Dunker (2017, p. 25) afirma que o traço maior da subjetividade da pós-verdade será exatamente essa aptidão para inverter sem transformar mudando de posição: da pós-moderna para a “pós-verdadeira”, sem que ambas entrem propriamente em conflito. E alerta: “A pós-verdade justapõe dois valores antagônicos: a criatividade expressiva de cada um e a rígida conformidade a regras de obediência e adaptação”.

De acordo com Holiday (2012), a principal característica da pós-verdade, do ponto de vista da lógica e do reconhecimento, é que ela requer uma recusa do outro ou, ao menos, uma cultura da indiferença que se vê ameaçada e reage com ódio e violência. O autor afirma que diversos são os casos de domínio público potencializados pela dinâmica das redes sociais presenciais e/ou mediadas pelo avanço das TIC, atualmente designadas de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), sobretudo veiculadas via Internet.

Nesse sentido, Dunker (2017) aponta que a pós-verdade explora uma característica muito curiosa da Internet: a relativa flutuação de autoridade como um de seus aspectos mais democráticos. A Internet exige a alteração do humor, emerge o ódio e a vergonha como dois afetos fundamentais, e isso faz com que, muitas vezes, o diálogo seja corroído, porque as pessoas passam muito tempo em interações digitais e aprendem muitos modos de estar com o outro, para o bem e para o mal.

Já Tiburi (2017) parte do prefixo ‘pós’ para fazer uma análise mais ampla sobre a sensação de que a nossa época passa: a de que tudo aquilo que tínhamos como verdade desmoronou. A autora explica que

[...] tudo o que dissemos da verdade e, quando retiramos a verdade de cena, entra em jogo a mentira, que se opõe a verdade, ou a ilusão, que

não é exatamente uma mentira, mas a substitui tranquilamente, fazendo-se passar por verdade”. Ademais, pontua que “[...] ao espectro da verdade pertence o termo da pós-verdade (TIBURI, 2017, p. 106-107).

Assim, considerando o aspecto democrático da Internet, a autora alerta que poucos se preocupam com os mecanismos de subjetivação e dessubjetivação que estão em jogo na experiência com as tecnologias e medialidades em que a questão da ética implica ‘o outro’, mas também a ‘si mesmo’ no contexto desses processos. Para a autora, ‘quem somos?’ é uma pergunta vã no cenário em que nada de pessoal deve sobreviver nem ter razão de ser, senão como mercadoria com valor de exposição. Portanto, a pós-verdade está nesse novo lugar de uma pós-ética na ciência e fora dela (TIBURI, 2017).

Martins (2013) entende que tudo isso se integra ao campo social e identifica a comunicação como a instância em que acontecem as trocas simbólicas de informações e saberes. Essas trocas podem ser potencializadas por meio de elaboração e práticas de políticas de informação para diferentes cenários, inclusive os de natureza pandêmica em tempos de pós-verdade.

2.3 Políticas de Informação e Pós-Verdade em Cenário Pandêmico

No contexto atual, essencialmente no cenário pandêmico, as políticas de informação adquirem nova dimensão entre as políticas públicas de modo a orientar governos e lideranças em suas estratégias e são ainda mais relevantes quando relacionadas ao desenvolvimento das áreas de informação, com o objetivo de redefinir os escopos e as abrangências e de superar, com ações concretas, os contextos em tempos de pós-verdade num cenário pandêmico.

Considerando o exposto, percebe-se que há uma relação entre os termos. De um lado, dispõe-se da política de informação, que prioriza a coerência e a objetividade e orienta as ações de informação para tomadas de decisão e, do outro, entende-se que a pós-verdade sinaliza o momento em que a informação passa para um contexto de desinformação e manipulação utilizando-se da Internet por meio das mídias e das redes sociais para disseminar mentiras, causando enorme instabilidade na confiança e nas opiniões públicas (ESCOBAR, 2017).

O entendimento dessa relação é de suma importância para que as políticas de informação possam cumprir seu objetivo de colocar à disposição dos cidadãos o maior número de informações possíveis, ao passo que se combate a desinformação, em especial, no cenário pandêmico desencadeado pelo SARS-

CoV-2, desde dezembro de 2019, quando o primeiro caso do mundo foi registrado na China. Tal cenário vem apresentando desdobramentos de várias naturezas, inclusive de dificuldade de acesso a informações confiáveis para se entender bem mais os males da crise sanitária instalada e combatê-los.

A pandemia do SARS-CoV-2 e seus desdobramentos, inclusive a negação do vírus e seus males, requer, com urgência, políticas de informação claras e acessíveis para combater eficazmente as ações contrárias ao controle dessa enfermidade que vem mudando as estruturas em todo o mundo. Ademais, as políticas de informação servem como instrumento integrador e podem ser compreendidas como um dos pilares fundamentais para ampliar a visibilidade institucional no que se refere à produção do conhecimento e ao sentido de pertencimento a uma narrativa verdadeira da experiência humanitária.

E o que a ciência tem a ver com isso? Devido ao problema da pós-verdade na ciência, Sousa (2017) afirma que o conhecimento das necessidades de informação dos usuários e a relação deles com a informação, recebida nas redes sociais e por aplicativos de mensagens, impulsionam o fazer diário dos profissionais da informação para a mediação informacional. Destarte, considerando o cenário pandêmico, a ciência vem sendo negada por governos que sinalizam e/ou defendem políticas de informação negacionistas das ciências em geral (essencialmente às voltadas para a saúde) e dos procedimentos orientados, inclusive, pela OMS.

Nesse sentido, as políticas de informação, refletidas no contexto da CI, devem estar voltadas para tomar decisões junto com as organizações sociais e para as práticas que adaptam as condições sob as quais podemos aprender em relação aos fatores informacionais de interesse público, incluindo-se os interesses que envolvem “a grande crise sanitária” e seus desdobramentos. Além disso, devem envolver os atores políticos e sociais, as instituições e seus processos informacionais cujas decisões passem a compor as agendas governamentais a fim de contribuir para solucionar os problemas sociais, econômicos, educacionais, pandêmicos etc. Desse modo, a informação acessível e a desinformação combatida podem potencializar a luta para superar o atual cenário pandêmico.

3 Procedimentos Metodológicos

Sob o ponto de vista metodológico, quanto à natureza, esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, porquanto prioriza a análise relativa aos resultados com foco nos objetivos propostos e no problema mencionado (GIL, 2002); no que

diz respeito à abordagem do problema, é bibliográfica, porque foram verificados artigos já publicados por outros autores, sobretudo, os indexados na BRAPCI; e quanto aos objetivos, é descritiva, ao pautar os autores, as referências, os títulos e suas abordagens, no que concerne aos temas relacionados à 'política de informação', à 'pós-verdade' e à 'pandemia'. Quanto aos procedimentos de análise dos dados, utilizamos o método de análise de conteúdo (AC), pois a pesquisa analisa as reflexões e os conteúdos dos artigos minerados numa perspectiva relacional, considerando o cenário pandêmico e o contexto da sociedade da informação.

Nesse sentido, realizaram-se buscas avançadas na BRAPCI, extraídas dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, por meio dos termos: "política de informação"; "pós-verdade" e "pandemia", combinados em pares, utilizando-se o elemento *booleano AND* e restrição de temporalidade ao ano de 2020. Isso justificou a necessidade de entender como têm sido discutidas essas questões que envolvem os termos citados no período de pandemia (ano 2020) no contexto da CI. Apenas os termos "Pós-verdade AND pandemia" revelaram quatro artigos e um editorial. O editorial foi excluído por não se caracterizar como artigo. Não foi encontrado nenhum artigo que tratasse do termo "política de informação", relacionado diretamente à pós-verdade e à pandemia, durante o ano de 2020.

Portanto, a amostra encontrada (quatro artigos) foi analisada considerando-se seus títulos, seus resumos e suas palavras-chave e apresentando as possíveis relações entre os termos estudados realizadas pelos autores dos artigos. A coleta foi manual, embora tenha sido empregada a planilha Excel para organizar os dados e pela facilidade de se perceber padrões e/ou criar elementos gráficos explicativos.

4 Resultados e Discussão

De acordo com o especificado na "trilha metodológica" e a partir da coleta realizada na BRAPCI, apresentamos, no Quadro 1, os quatro artigos selecionados para este estudo.

Quadro 1 – Pós-verdade e pandemia indexados na BRAPCI em 2020

| Autores (Ano) | Título | Abordagem |
|--|---|--|
| 1 – LIMA; SÁNCHEZ-TARRAGÓ; MORAES; GRINGS; MAIA (2020) | Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19 | Discute sobre os processos e as dinâmicas informacionais em torno da emergência global de saúde pública pela pandemia de Covid-19. |
| 2 - BUFREM, L. S. (2020) | A pandemia da Covid-19 no Brasil: informações e contradições na atual conjuntura | Destaca informações como argumentos em defesa da manutenção e do aprimoramento da estrutura pública de apoio aos serviços de saúde, de modo especial, devido à emergência da pandemia do novo coronavírus. |
| 3 – SOUZA; AUGUSTO JÚNIOR (2020) | A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento | Aponta a economia solidária como um importante conjunto de práticas no enfrentamento da pandemia Covid-19. |
| 4 - PREGER, G. F. (2020) | Cenários especulativos pós-pandêmicos: a catástrofe sanitária e as redes solidárias | Apresenta, em termos genéricos, três cenários econômicos e sociais para o período de pós-pandemia do coronavírus: o velho normal, o novo normal e o anômalo. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A busca pelos termos ‘pandemia’ e ‘pós-verdade’ trouxe, nas abordagens e nos títulos dos artigos apresentados no quadro 1, a maior incidência do termo covid-19, doença provocada pelo coronavírus. Nesse sentido, o termo ‘pandemia’ fica implícito nos assuntos relacionados à covid-19 (artigos), nos artigos 1, 2 e 3, e covid-19 encontra-se explícito, diretamente, nos mesmos artigos. O artigo 4 trata, implicitamente, o termo, representado por vocábulos relacionados: ‘pós-pandêmicos’, ‘catástrofe sanitária’, ‘pós-pandemia’, ‘coronavírus’. Neste último caso, está representado, nos artigos 1, 2 e 3, o termo ‘pandemia’. O artigo 4 expressa dois termos relacionados à pandemia: “pós-pandêmicos” e “pós-pandemia”.

Como se vê no quadro 1, os autores dos artigos não se repetem. Apenas os artigos de número 2 e 4 trazem autoria única. Os outros apresentam coautoria. Nessa perspectiva, é possível inferir que, em meio a uma crise informacional que afeta, diretamente, as questões sociais e de saúde pública, poucos pesquisadores da área da CI publicaram em periódicos da CI indexados na BRAPCI. Isso significa que precisamos refletir sobre o papel da CI em contextos emergenciais e fazer indagações como estas para futuras investigações: Quais contribuições da CI em situações emergenciais voltadas para os distintos

espectros sociais? Em que ela vem contribuindo para os aspectos informacionais de saúde pública na situação emergencial atual? Qual o seu papel diante das crises informacionais contextuais e contemporâneas?

Quanto aos títulos, o artigo 2 apresenta questões sobre pós-verdade e desinformação provocadas pela crise informacional contextualizada na política e na cultura de informação subjugada aos poderes dominantes. No entanto, não aprofunda nem cita a necessidade de políticas de informações, de maneira direta, nas soluções de problemas informacionais que envolvem a saúde pública e a crise sanitária global.

No que diz respeito ao termo 'pós-verdade', relacionado diretamente à pandemia, não foram encontrados registros científicos na BRAPCI nem artigos nos periódicos relacionados à Ciência da Informação brasileira, no mesmo período da realização da mineração. Todavia, ao analisar os artigos selecionados, percebeu-se algo em comum: o termo 'informação' se destacou no enfoque dos processos e das dinâmicas informacionais (LIMA; SÁNCHEZ-TARRAGÓ; MORAES; GRINGS; MAIA, 2020), nos argumentos em defesa da manutenção e do aprimoramento da estrutura pública de apoio aos serviços de saúde (BUFREM, 2020). De forma implícita, as abordagens dos artigos 1 e 2, representados no citado quadro, sinalizam a importância de políticas de informação no combate à desinformação. Isso pressupõe a necessidade de novos estudos que aprofundem o tema.

Num sentido mais específico, a economia solidária, como resposta à crise pandêmica, foi abordada no artigo 3, e as crises econômica e social, no artigo 4. As políticas de informação são citadas como relevantes, prioritariamente, quando voltadas para combater a desinformação em ambientes da *web* e em plataformas digitais, nesse cenário anômalo e improvável (PREGER, 2020). No caso dos artigos 3 e 4, é importante salientar a relevância atribuída pelos autores à necessidade de refletir mais profundamente sobre os elementos da pós-verdade e a busca de soluções para os danos e as consequências oriundos dela. Nesses casos, supõe processos de conscientização, análise e educação para a informação, a fim de combater a desinformação.

Ainda quanto às análises das abordagens dos artigos minerados, observou-se que o artigo de Lima, Sánchez-Tarragó, Moraes, Grings e Maia (2020) enfoca as dinâmicas informacionais voltadas para a saúde pública no contexto pandêmico, como possíveis atividades que devem ser desenvolvidas subsidiadas por políticas públicas de informação.

O artigo de número 3 de Souza e Augusto Júnior (2020) traz uma perspectiva interessante que pode ser refletida no contexto da necessidade de um novo regime de informação que subsidie políticas informacionais mais consistentes. Trata-se da ideia de apontar a economia solidária como um importante conjunto de práticas no enfrentamento da pandemia Covid-19. Os autores definem a economia solidária como um sistema comunitário que funciona com regras que favorecem a comunidade com estratégias de beneficiamento local. Supõe-se, então, que regimes informacionais voltados para culturas locais podem influenciar demandas de políticas de informação locais que ajudem a combater e a enfrentar a COVID-19.

Por fim, ficou evidente, na mineração e nas análises, que artigos que discutem sobre os regimes de informação relacionados às políticas de informação e à pandemia, de maneira direta, não foram encontrados. A pesquisa teve o objetivo de avaliar os trabalhos sobre o tema 'pós-verdade e pandemia' indexados no periódico BRAPCI em 2020, com o intuito de perceber a relação entre a desinformação, a pandemia e a urgência de políticas de informação que levem às novas formas de agir e de lutar para combater a desinformação, já que pouco se tem se publicado sobre o tema.

5 Considerações Finais

É evidente que estudos dessa natureza não são conclusivos nem exaustivos e envolvem conceitos complexos que demandam adaptação às realidades distintas e pesquisas complementares. Logo, nesta investigação, não se pretendeu esgotar a discussão sobre o tema, mas contribuir com ela, em especial, no campo da Ciência da Informação.

Os resultados indicaram que é preciso criar e efetivar políticas de informação voltadas para disseminar informações verídicas, eficazes e com credibilidade e edificar competências em informação que capacitem as pessoas a se engajarem criticamente no movimento de valorização da verdade, assim como fomentar novas formas de agir e de lutar por meio de políticas de informação que privilegiem mobilizações sociais, essencialmente, as voltadas para redes sociais. Também é necessário pensar em regimes de informação que contribuam com as culturas informacionais locais/regionais e até nacionais. Enfim, de um regime de informação emergem políticas informacionais que podem atender aos interesses coletivos.

Constatou-se, ainda, por meio da análise dos artigos minerados, que as discussões sobre a relação entre a pandemia e a pós-verdade estão implícitas

nos conteúdos abordados pelos autores dos artigos. Porém, o assunto não foi contemplado diretamente nos títulos e nos resumos. O mesmo acontece ao se discutir sobre as políticas públicas de informação e sua relevância e efetividade no combate ao coronavírus e às questões de pós-verdade e desinformação, voltados para um regime de informação que efetive boas políticas e boas práticas informacionais de interesses políticos.

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/19120/10827>. Acesso em: 05 set. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes Teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 3, v. 38, 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1240/1418>. Acesso em: 05 set. 2021.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAPURRO, Rafael; SCHNEIDER, Marco. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 371-380, nov. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4073>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4073>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BUFREM, Leilah Santiago. A pandemia da covid-19 no Brasil: informações e contradições na atual conjuntura. **Revista P2P e Inovação**, v. 7, p. 101-120, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p101-120>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5461>. Acesso em: 05 set. 2021.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, Amsterdã, v. 2, n. 3-4, p. 125-133, 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/016555158000200502>. Acesso em: 20 abr. 2019

CORRÊA, Elisa Cristina Delfine; CUSTÓDIO, Marcela Gaspar. A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/777>. Acesso em: 05 set. 2021.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian; TEZZA, Cristovão; FUKS, Julián; TIBURI, Marcia; SAFATLE, Vladimir. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p.4-34.

ESCOBAR, Marcus Vinicius M. Crença, emoção e identidade: por que reagimos mal a refutações? **Revista SimplesMente**, 2017. Disponível em:

<http://revistasimplesmente.com.br/crenca-emocao-e-identidade-por-que-reagimos-mal-a-refutacoes/>. Acesso em: 28 ago. 2018.

FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. Ética e políticas de informação: uma ação de informação no Programa de Cooperação Acadêmica - Novas Fronteiras da CAPES. In: FREIRE, Gustavo Henrique Araújo (org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 164-183. Disponível em:

https://lti.pro.br/uploads/posts_files/148/5174bc63b1722a7b0a923f3f8fe63f.pdf. Acesso em: 08 set. 2021.

FROHMANN, Bernd. Talking information policy beyond information science: Applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE: CANADIAN ASSOCIATION FORMIN FORMATION, 23., 1995. **Anais** [...]. Edmonton, Alberta: CAIS/ACSI, 1995. Disponível em:

<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.521.6657&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 24 maio. 2017.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-94, abr. 1999.

HOLIDAY, Ryan. **Acredite, estou mentindo: confissões de um manipulador das mídias**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy; MORAES, Danielle; GRINGS, Luciana; MAIA, Mariângela Rabelo. Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. **Folha de Rosto**, v. 6, n. 2, p. 5-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.46902/2020n2p5-21>.

Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/490>. Acesso em: 05 set. 2021.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação informacional: uma perspectiva a partir do campo social da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000013717/c908334b5cb08e48c08def09d5cea24a/>. Acesso em: 05 set. 2021.

MUNGUAMBE, Rosa Manuela Teixeira Pinto; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A competência informacional dos técnicos da Biblioteca Central da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, 2016. Disponível em:

http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo04.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PÓS-VERDADE. *In*: DICIONÁRIO Oxford Languages. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PREGER, Guilherme de Figueiredo. Cenários especulativos pós-pandêmicos: a catástrofe sanitária e as redes solidárias. **Revista P2P e Inovação**, v. 7, p. 32-70, 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5407>. Acesso em: 05 set. 2021.

SARACEVIC, Tefko. Information Science. **JASIS: Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SOUZA, André Ricardo de; AUGUSTO JÚNIOR, Fausto. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. **Revista P2P e Inovação**, v. 7, p. 8-25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p8-25>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5405>. Acesso em: 05 set. 2021.

SOUSA, Amanda Moura de. O papel do bibliotecário como mediador no contexto na era da pós-verdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. esp. CBBDD 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/956>. Acesso em: 05 set. 2021.

TIBURI, Márcia. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão. *In*: DUNKER, Christian; et al. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p.81-107.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/rmmLFLLbYsjPrkNrbkrK7VF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2021.

Sobre a autoria

Marco Antônio Almeida Llarena

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba - PPGCi /UFPB (2018 -...). Doutorado em Educação pela Universidad del Norte - UNINORTE - PY (2012 - 2015). Mestrado em Geografia pela UFPB (2007 - 2009). Docente EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB.

llarenaifpb@gmail.com

Rosilene Agapito da Silva Llarena

Pós-Doutora em Ciência da Informação (2019) pelo PPGCI/UFPB. Doutora em Ciência da Informação (2015) com estágio de doutoramento no exterior na Universidade de Zaragoza. Mestre em Ciência da Informação pela UFPB (2012). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas.

lenellarena@gmail.com

Danielle Harlene da Silva Moreno

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Gestão de Unidade de Informação e Graduada em Biblioteconomia, pela UFPB. Bibliotecária da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

danielleharlene@gmail.com

Maria Meriane Vieira da Rocha

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação/PPGCI/UFPB. Mestre em Ciência da Informação. Professora Adjunta II do Departamento de Ciência da Informação da UFPB.

meriane.vieira@gmail.com

Notas

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Artigo submetido em: 13 fev. 2021.

Aceito em: 17 jun. 2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia
Revista Folha de Rosto

 **PPGB**

 folhaderosto@ufca.edu.br

 [@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)

 [@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia](#) da Universidade Federal do Cariri em formato digital e periodicidade quadrimestral.